

EDUCAÇÃO, PODER E CIDADANIA NA ROMA ANTIGA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO GOVERNANTE

*João Paulo Pereira Coelho¹
José Joaquim Pereira Melo²*

RESUMO: Neste trabalho, a preocupação foi proceder a uma discussão a respeito do projeto de formação do governante — do príncipe — defendido por Sêneca, a partir das condicionantes históricas, nas quais o pensador estava envolvido. Entende-se que a constituição do Império foi um fator favorável ao desenvolvimento de reflexões sobre a formação daquele cujo poder exerceria influência sobre todo o corpo social: o Imperador. Diante de tal problemática, Sêneca apresenta, em seu tratado “*De clementia*”, uma reflexão a respeito de valores políticos, filosóficos e educacionais que, para o pensador, deveriam ser orientadores do exercício da autoridade do governante. Constitui-se como uma proposta de formação para o príncipe que, em sua perspectiva, promoveria a harmonização da sociedade romana, e como um processo em que a clemência do Imperador, na forma como propõe Sêneca, poderia ser fundamental para a legitimidade do exercício do poder imperial, o que contribuiria para a superação da crise de ordem política e moral pela qual Roma passava. Essas reflexões levaram a inferir que a constituição do Império contribuiu

¹ Graduado em História e mestre em Educação (UEM). Atualmente é aluno do Programa de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Participa dos grupos de pesquisas: “Transformações Sociais e Pensamento Educacional” e “Transformações Sociais e Educação na Antiguidade e Medievalidade”.

² Doutor em História e Professor do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - Paraná.

para o rompimento com os valores cívicos e morais que, até então, regiam a capital do Império. A partir dessa conjuntura histórica, Sêneca desenvolveu reflexões a respeito de uma formação do governante fundamentada em valores como a clemência e a racionalidade, virtudes de caráter harmonizador e pacificador que estavam em convergência com as necessidades de seu tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Sêneca. Império Romano.

ABSTRACT: This paper aims at analyzing what kind of education Seneca, bearing in mind the historical influences of his time, envisioned to the prince. Given that frame of reference, the Roman Empire made it possible to develop reflections aimed at favoring the formation of one whose sovereignty affected society as a whole, that is, the governor's. Having said that, Seneca brings up in *De Clementia* an account on political, philosophical and educational values. All of which, in his perspective, would serve as a compass to give the governor the right directions to rule and apply his power as well as his sovereignty. Thus what Seneca bore in mind was an educational proposal with the likelihood of harmonizing the Roman society. Seeking that goal, the governor's prudence, according to Seneca, could cooperate with the legitimacy of the imperial power he held. Furthermore, that would put an end to the moral and political crises under which Rome was going through. Considering the aforementioned, it seems that the constitution of the Empire contributed to the breach with moral and civic values which back then still reined over Rome. Under this historical context, Seneca promoted thoughts in regard to the governor's formation, which was grounded in values such as clemency and rationality — in other words, these posed as harmonizing and peaceful features intended to meet social demands of that time.

KEYWORDS: Education. Seneca. Roman Empire.

Introdução

Em face das reflexões a respeito do pensamento educacional senequiano e de suas contribuições para a formação de governantes na Antiguidade romana, optou-se por estudá-lo a partir de uma investigação que se estenda para além das categorias formativas propostas pelo pensador, pois estes princípios foram constituídos a partir da complexa dinâmica da história do Mundo Antigo, em uma época de mudanças que se intensificaram particularmente a partir do processo de helenização de Roma.

Entende-se, portanto, que as exigências dos novos tempos, produzidas pelo constante movimento da História, foram fatores que favoreceram a constituição do pensamento educacional senequiano. Nesse contexto, a proposta de formação do governante, assumiu particular importância na formação de um novo modo de pensar e agir nesse período. Para uma maior compreensão deste processo, é necessário, inicialmente, um maior entendimento do cidadão romano no período que precede a proposta de formação do governante formulada por Sêneca.

Bases históricas e filosóficas da educação romana

Roma teria entrado em contato com a cultura grega em um período bastante anterior ao século II a. C. Foram encontrados, em escavações arqueológicas romanas, vasos gregos que remontam ao século VII a. C.³ Em virtude desse contato – que ocorreu de forma mais sistemática a partir do século III a. C., com a Tomada de Tarento (Magna Grécia) – os romanos passaram por intensas transformações sociais e culturais. O teatro, que era constituído de técnicas expressivas bastante rudimentares, floresceu a partir das adaptações das tragédias e comédias gregas. Transformou-se o gênero poético dos literatos romanos, que passaram a empregar

³ FARIA, Ruth Junqueira de. *O helenismo em Roma*. Presença Clássica. UFRJ, p. 37 – 43, jul./dez, 1984.

em suas obras a “arte de escrever” dos gregos.⁴ Desenvolveram, assim, um ânimo renovador no campo da literatura e do teatro, em busca de uma forma poética que despertasse no público o sentimento do belo, preocupação que sempre norteou o processo criativo do homem grego.

Se, nos primórdios de Roma, esse contato se estabelecia, em grande medida, a partir de trocas comerciais, no século II a. C. ele se converteu efetivamente em uma relação de domínio econômico:

Quando, no século II a. C., Roma precisou intervir para dirimir problemas dos estados helenísticos, ela já tinha sido contagiada pela cultura grega. O seu confronto com Cartago abriu-lhe as portas para integrar, na esfera de suas influências políticas, as cidades helenísticas localizadas no sul da Itália e da Sicília. Entretanto, até meados do século II a. C., não era preocupação de Roma levar os seus domínios para o Oriente. Foi na condição de mediadora, respondendo a uma solicitação dos próprios gregos, que ela se fez presente nessa região e, em 146, completava-se a paulatina integração política do mundo grego oriental ao domínio romano. À medida que, politicamente, Roma efetivava o seu poder político sobre os gregos, a Grécia implantava a sua cultura no mundo romano.⁵

Essa expansão acabou assumindo uma dinâmica própria, à medida que a estrutura escravista se estabelecia, pois cada vez mais se tornava necessário expandir as conquistas e aumentar o número de cativos, os quais passaram a ser indispensáveis à estrutura socioeconômica do mundo romano.⁶

Em um amplo e articulado processo de transformação político-social e econômica, e de trocas culturais, a educação se estabeleceria como um instrumento fundamental para fortalecer

⁴ LEVEQUE, P. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

⁵ PEREIRA MELO, J.J. *O “ócio” em Sêneca: Uma condição propícia ao processo formativo*. Ícone Educação, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 149-161, 2006 b, p. 27.

⁶ LEVEQUE, P. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

um nascente referencial cultural, que viria a ser denominada de “cultura greco-romana.”⁷

Emergiram, então, modelos educacionais embebidos de um humanismo cosmopolita, e não mais reduzido a manifestações culturais particulares, o que trouxe maior extensão ao conceito latino de *educatio*, anteriormente vinculado a termos particularmente concretos e práticos, como *doctrina*, disciplina, *eruditio*.⁸ Manifestou-se, a partir desta condição, um conceito de educação mais universal e filosófico.

Essas propostas educativas estavam intimamente ligadas ao Estoicismo e ao Epicurismo, correntes filosóficas gregas do período helenístico nascidas a partir do cosmopolitismo trazido por Alexandre, as quais, por extensão, correspondiam ao momento histórico vivido pelos romanos.

Se tais propostas não foram originais no sentido de fundar escolas filosóficas genuinamente romanas, os ajustamentos feitos por pensadores, como Cícero (106-43 a. C), Sêneca, entre outros, a partir das condicionantes históricas em que estavam inseridos, imprimiram à pedagogia e à literatura romana uma significativa originalidade e um caráter marcadamente prático e moralista, introduzindo reflexões acerca do processo autoeducativo. Havia, nessa época:

[...] uma verdadeira paixão pela filosofia, numa época conturbada, que precisaria de certezas ontológicas e éticas. As seitas discutem acaloradamente acerca da certeza e do supremo bem, mas actuam também uma sobre as outras, contaminando-se sobretudo a Academia, o estoicismo e o pitagorismo. Ninguém atesta melhor este ecletismo do que Cícero, o brilhante orador que, com a sua moralidade costumeira, abraça alternada, ou sucessivamente todos os sistemas: o epicurismo de Lucrécio, de quem é primeiro editor; o estoicismo, sempre que se ocupa da moral.⁹

⁷ HAMILTON, E. *O eco grego*. São Paulo: Landy Editora, 1993.

⁸ PEREIRA MELO, JJ. *A educação senequiana*. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 21, n. 41, p. 61- 85, 2007 a).

⁹ LEVEQUE, P. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987, p.189.

Não obstante, é necessário considerar que essas mudanças provocadas pela helenização romana não ocorreram de forma harmoniosa. Catão (234-149 a. C.), importante historiador e literato romano, procurou mobilizar a sociedade em favor da manutenção dos costumes, mas naquele momento estavam se processando mudanças que se tornaram irreversíveis.

É certo que, durante a vigência da República Romana (509-27 a. C.), mesmo com toda a influência do helenismo, Roma não desenvolveu um modelo educacional cujo direcionamento o Estado tivesse alguma implicação efetiva. Os romanos assimilaram muitas das características do helenismo, mas não se apropriaram da peculiar preocupação dos gregos em dar os direcionamentos que a educação deveria tomar, não só no seio da sociedade, em um viés “não institucionalizado”, mas, também, no âmbito do Estado.¹⁰

É possível identificar permanências de aspectos sociais e políticos que subsistiram, ainda, mesmo em momentos adiantados do processo de helenização de Roma. Particular exemplo, é a educação, sobre cujo direcionamento, só com a consolidação do Império, o Estado passou a tomar uma postura mais ativa.

Devido a essas mudanças, fez-se necessário uma maior preocupação, não só com a educação do homem encarregado de governar com poderes ilimitados o império que estava se constituindo, mas também com a formação de um corpo burocrático competente para auxiliar o príncipe nas questões administrativas (questores, magistrados, etc.).

Essas mudanças nas relações de poder entre “cidadão e Estado” colaboraram para o cerceamento da liberdade política e da “função direta” do cidadão romano nas decisões de ordem pública, ocasionando ainda significativas mudanças na educação do cidadão romano.¹¹ Ante a extensão do território romano, essas

¹⁰ PEREIRA MELO, JJ. *A educação senequiana*. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 21, n. 41, p. 61- 85, 2007a).

¹¹ LEVEQUE, P. *O mundo helenístico*. Lisboa: Edições 70, 1987.

transformações foram necessárias para a constituição de uma maior coesão social entre povos e regiões tão distintos, e cada vez mais necessitados de um governo centralizado, para apaziguar as constantes disputas políticas e econômicas que emergiam por toda parte.

A helenização de Roma: a constituição do Império e a transformação da educação latina

Quando, após décadas de crises sociais e lutas políticas, Augusto (27 a. C. – 14 d. C.), tendo ascendido ao poder, promoveu um ideal de paz e prosperidade para Roma, pareceu natural ver nisso algo transcendente. Augusto foi acolhido pelo povo romano como uma intervenção efetiva do sagrado na esfera terrena, um novo Apolo que dominaria os poderes das trevas e restauraria a ordem da civilização romana.¹² Dessa crença mística de um *genius* divino que residiria em Augusto, nasce o culto a ele e a reafirmação de sua autoridade sobre a sociedade romana.

A partir disso, o poder se centralizou unicamente na figura do Imperador. Como representante máximo do *Imperium*, estava investido de uma *auctoritas* que o colocava acima das leis e garantia-lhe a inviolabilidade de sua pessoa, da qual emanava o poder sobre todos.

Essa orientação dada ao poder trouxe consigo, mudanças, não só na forma de pensar a autoridade, mas ainda na condição do indivíduo em sociedade:

O império representa, indubitavelmente, uma nova estrutura política e uma nova instituição, que transformou tanto o antigo modo de vida quanto o sistema político republicano. Denominado de *Principatus*, esse novo sistema, sucessor da ditadura dos triunviratos e resultado da decadência gradual das instituições políticas tradicionais, encontra em Augusto a possibilidade de seu desenvolvimento,

¹² GRIMAL, P. *El helenismo y el auge de Roma*. Madrid: Siglo XXI, 1972.

ao mesmo tempo em que procura apoio na força do exército e em bases constitucionais sólidas. Augusto, investido de poderes extraordinários, continua a gerir a “coisa pública” (*res publica*) sob uma fachada institucional ambígua e complexa, sempre afirmando que estava restaurando uma ordem mais antiga.¹³

A organização desse cenário não atendia plenamente às necessidades advindas das transformações políticas que estavam se processando na sociedade romana. A debilidade do sistema de sucessão do poder, era um dos problemas resultantes da falta de adaptação do Estado Imperial. A sucessão não se sustentava na hereditariedade, mas em uma monarquia eletiva. Desse modo, não havia a garantia de alguém com laços sanguíneos na sucessão de Augusto, podendo o imperador nomear um de seus comandantes militares, ou mesmo adotar um filho com o intuito de garantir a sucessão de acordo com os seus interesses.

Foi nesta época que o Imperium Romanum não só atingiu sua máxima extensão geográfica, como também viveu um período relativamente pacífico, quer a nível interno, quer em suas fronteiras. Aliás esta época representa também, de certa maneira, o apogeu da história da sociedade romana, embora nela não surgissem, tal como não haviam surgido no final da República, formas completamente novas de relações sociais que pudessem, por si, mudar radicalmente a estrutura social do mundo romano.¹⁴

À medida que o poder se concentrava nas mãos de Augusto, retirava-se do cidadão romano o direito de participar das decisões

¹³ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001, p. 13-14.

¹⁴ ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa, Presença, 1989, p. 110.

de ordem política. Esse processo provocou profundas mudanças no modo de pensar da sociedade romana, visto que, ante a onipotência do Imperador, a manutenção da liberdade deixou de ser pensada como uma construção realizada pelo conjunto social para difundir-se por intermédio de um centro, personificado na figura do príncipe.

Essa autoridade contribuiu para a consolidação de uma estrutura social que vinha se transformando desde a República. Não se constituiu, no Alto Império, uma organização social completamente nova; ao contrário, é nessa época que a sociedade romana atingiu o seu apogeu.

A hierarquização da sociedade romana, de uma forma verticalizada, possibilitou que os segmentos sociais abastados garantissem a sua condição privilegiada no seio do Estado, mas isso não significou a possibilidade de esses setores constituírem um conjunto de preceitos capazes de orientar a autoridade autocrática do Imperador. Ante a violência no exercício do poder, a ordem senatorial – composta pela aristocracia romana – passou a exercer um papel figurativo, não podendo fazer uso de suas funções fundamentais, como, por exemplo, colaborar para o aprimoramento do modelo de poder imperial.¹⁵

Nesse sentido, observa-se que a Ordem Senatorial e a Equestre, após um período de reestruturação de suas funções, a partir das novas necessidades surgidas com a instituição do Império, reafirmaram-se como setores influentes na manutenção do poder de Augusto. Começaram a ocupar funções diretamente ligadas às questões administrativas, tanto nas finanças públicas (senadores), quanto no comando do exército (Ordem Equestre);¹⁶ porém, ao invés de atender a um dever para com a totalidade social em que estavam inseridos – o modo como se caracterizou o exercício de suas funções enquanto perdurou a República – passaram a ter primeiramente obrigações para com o Imperador:

¹⁵ ROSTOVTZEFF, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

¹⁶ ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa, Presença, 1989.

O Senado persiste e continua a fornecer uma parte não desprezível do quadro de administração, os magistrados, depois os questores, até aos governadores das províncias e senatoriais. Composto por homens que devem ao imperador a sua elevação aos graus sucessivos do *cursus*, não pode dar prova de independência, mas pode inflectir a vontade do príncipe e, sobretudo, o papel social continua a revelar-se essencial. [...] [Já] [...] os cavaleiros desempenhavam então um papel muito secundário na vida política : mas a sua importância econômica (tinham nas mãos todos os grandes negócios, comerciais e bancários, interditos aos senadores) aumentara desde que as províncias se juntavam às províncias.¹⁷

Além de legitimarem a autoridade do príncipe, e garantir-lhe plenas condições para o exercício da sua autoridade, os senadores passaram a ser responsabilizados pela *pax romana* e pelo recolhimento e administração dos impostos, o que requisitou uma completa reestruturação do sistema, em face do caráter predatório dessa coleta nos períodos precedentes.

Tais ações modernizadoras da máquina administrativa, associadas ao apaziguamento das tensões sociais, possibilitaram, em certa medida, solucionar os problemas mais imediatos da sociedade romana.¹⁸ Paralelamente a essas medidas, buscava-se legitimar a autoridade do Imperador, por se entender que ela não se sustentava apenas nos títulos que a ele foram conferidos, mas também em sua posição na hierarquia militar e no controle das rendas do Estado.¹⁹

No que se refere aos setores sociais que compunham a sociedade romana, especial atenção foi direcionada aos setores privilegiados, afetados pela desorganização econômica que os antecedeu, deixando em uma posição de abandono aqueles que

¹⁷ GRIMAL, P. *El helenismo y el auge de Roma*. Madrid: Siglo XXI, 1972, p.110-111.

¹⁸ ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

¹⁹ ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa, Presença, 1989.

não tinham plenas condições de prover à própria vida. Somava-se a isso o crescimento do trabalho escravo, que contribuiu para o aumento da fome entre os camponeses livres, os quais, sem perspectivas, passaram a buscar nas cidades melhores condições de vida.

Esse quadro, que expunha o estado de miserabilidade dos segmentos inferiorizados, não deixou de preocupar Augusto, que se sentia ameaçado por possíveis revoltas que colocassem em dúvida a sua capacidade agregadora. Para prevenir crises sociais que poderiam fomentar a revolta da plebe, assistia de forma propagandista aos segmentos sociais marginalizados, distribuindo alimentos durante as apresentações dos gladiadores nos estádios, prática conhecida como “Pão e Circo”.

O desenvolvimento dessa postura conservadora de Augusto acerca da manutenção de uma estratificação social, passa pelo entendimento da estrutura econômica romana. Com a produção econômica fundada na agricultura, Roma organizou, historicamente, um modelo produtivo bastante excludente. As propriedades, em geral bastante extensas, estavam em mãos da aristocracia fundiária, promotora de um processo de acumulação que remontava aos primórdios da civilização romana, o que dificultava a distribuição de riquezas, contribuindo para a manutenção de uma organização social estática.²⁰

Para o fortalecimento do comércio deu-se atenção às cidades, que desempenhavam o papel de “centros de produção”, o que promoveu um grande intercâmbio de mercadorias por todo o Império. Favoreceu esse incremento comercial, o sistema bancário desenvolvido, que possibilitou a circulação de moeda única, facilitando as relações comerciais. Todavia, nesse momento, não era da política romana que os setores sociais inferiorizados da sociedade participassem desse progresso crescente: “faltou talvez, uma condição que, no século XVIII, desencadeou a

²⁰ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

revolução industrial [...], ou seja: a necessidade de alimentar e empregar convenientemente amplas massas populacionais.”²¹

Conforme já mencionado, a estrutura econômica favorecia a manutenção de uma organização social estática. Caberia aos sucessores de Augusto o trabalho de estabelecer as reformas necessárias para um maior equilíbrio da sociedade romana no âmbito socioeconômico, mas a instabilidade no exercício do poder e a fragilidade quanto à sucessão desse poder fizeram com que crises sucessivas acompanhassem o governo da dinastia júlio-claudiana (31 a. C.- 68 d. C.). Entre crimes e acontecimentos trágicos, imperadores tiveram seus nomes ligados a assassinatos e conspirações.

Foi nesse contexto, de crises e incertezas quanto à manutenção do poder do príncipe, que governou Nero (37-68 d. C.). Como Imperador, Nero exerceu o poder por um período não muito longo (de 54 a 68 d. C.), tendo morrido de forma violenta, ainda bastante jovem. Crises contínuas acompanharam seu governo. Nero teve seu nome ligado a assassinatos e ao matricídio, mas mesmo assim, os anos iniciais de seu governo - enquanto supostamente esteve sob a orientação de Sêneca²² - não foram totalmente desorientados.²³ Roma viveu um período de paz que fez lembrar a antiga “*Pax Augusta*”, no entanto, o sonho dos primeiros anos do novo reinado não tardou em se desfazer.

Nesse cenário, é necessário considerar que, a preocupação de Sêneca com o processo formativo fundado na busca pela

²¹ ALFÖLDY, G. *História social de Roma*. Lisboa, Presença, 1989, p. 13.

²² Lúcio Aneu Sêneca nasceu em Córdoba, no ano 4 a. C. e morreu em 65 d. C. Foi advogado, político e orador. Tornou-se questor e, mais tarde, ascendeu ao cargo de cônsul. Preceptor e conselheiro de Nero, esteve à frente do Império Romano por quase dez anos. Condenado por alta traição, foi obrigado a se suicidar abrindo as veias.

²³ GRIMAL, P. *El helenismo y el auge de Roma*. Madrid: Siglo XXI, 1972.

promoção moral do mundo romano, possibilitou que o pensador se aproximasse dos grandes homens, que assumiram o *status* de diretor de almas. A orquestração senequiana a essa condição explicita-se em suas exortações sobre a necessidade de vigiar a consciência de Nero, seu discípulo imperial, para que suas atitudes, fruto da sua autoridade, viessem a se tornar preceitos na organização do Império.²⁴ Era fundamental que a sua prática de poder, quando solicitada, independentemente do que fosse (sua finalidade ou o setor social donde proviesse), não deveria ter outro princípio orientador que não fosse a clemência.

A aplicação da clemência enquanto conteúdo educativo do príncipe e da sociedade romana

Para Sêneca, a formação de Nero não poderia ter como único objetivo o refinamento, mas deveria ter como principal preocupação suscitar na sociedade a vontade de buscar a (re)educação, estendendo, assim, a todo o corpo social a possibilidade de mudança. A partir desse raciocínio, o pensador, ao educar Nero para o uso da clemência, tem preocupações maiores que a distinção de seu discípulo.

A clemência aplicada com a particular intenção de despertar o cidadão romano e o homem em geral para a virtude, deveria obedecer a um procedimento capaz de suscitar o desejo de buscar o conhecimento, independentemente do estágio de vicissitudes em que este se encontrasse. Sêneca evidencia, por fim, a condição de “mestre” que caberia a Nero no processo de reabilitação da sociedade:

Imitará os bons lavradores que cultivam não somente árvores de porte reto e alto, mas também cuidam das que se entortaram por algum motivo, aplicando escoras para endireitá-las. Podam à volta de algumas árvores para não tolher o crescimento dos galhos, adubam outras, raquíticas por causa do solo fraco, expõem ao céu as que sucumbem à sombra alheia.²⁵

²⁴ ULMANN, Reinhold. *O estoicismo romano*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

²⁵ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg

Nero, com os instrumentos que a sua educação lhe proporcionava, poderia fazer florescer, nos súditos que julgava o desejo de progredir no caminho das virtudes modelares. Assim, a aplicação da clemência colaboraria para a disposição da alma em favor da reflexão acerca da condição de submetida, escravizada e enferma em que se encontrava, promovida pelo brilho do mundo exterior, responsável pelos vícios e paixões comuns, e aceitos na sociedade do seu tempo. Isso auxiliaria no processo de libertação dessa condição de miserabilidade, criando as condições para a formação de um novo homem, útil para si mesmo e para toda a sociedade.

O caráter formador da sociedade que reveste a clemência se fundamenta, ainda, na relevância que o Imperador tomou no primeiro século da Era Cristã, no que se refere às decisões de julgamentos que aconteciam em toda a cidade de Roma. Nesse período, todos os crimes ocorridos em Roma, em um raio de cem milhas, estavam sujeitos à intervenção direta da autoridade do Imperador.²⁶

A possibilidade da participação efetiva do Imperador nesses julgamentos contribuiu para que Sêneca se preocupasse em dotar a clemência de um conteúdo que fosse capaz de tornar mais eficiente a sua ação educativa, como um método que, por fim, abrigasse a clemência no âmbito da severidade e da ponderação, na busca de uma proporção justa do castigo, aliada à possibilidade de o criminoso manter-se no domínio das suas faculdades racionais – condição fundamental para que ele fosse capaz de fazer algum progresso em sua jornada educativa.

Evidencia-se, dessa maneira, a preocupação de Sêneca em direcionar o caminho da sociedade romana para aquilo que caracteriza os homens como seres particulares: sua natureza

Braren Petrópolis, Vozes, 1990, II, 5, 4.

²⁶ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

racional. A clemência, aliada a essa premissa, tem a capacidade de domar os instintos “animalescos”, que são próprios dos homens, e de lhes dar discernimento para aplicar esse saber àqueles que, porventura, se houvessem desviado da virtude, ou desconhecêssem esse caminho:

A verdadeira felicidade consiste em proporcionar salvação a muitos e, da própria morte, fazê-los retornar à vida, merecendo a coroa cívica pela clemência. Não há ornamento mais digno da proeminência do príncipe e nada mais belo do que a famosa coroa: “por ter salvo a vida de cidadão”, nem os carros manchados de sangue dos bárbaros, nem os despojos obtidos em guerra. Este é um poder divino, o de salvar multidões e em massa. Na verdade, matar muitos e indistintamente é poder de fogo e destruição.²⁷

A aplicação educativa da clemência não abstraía a condição de governante supremo que foi conferida a Nero,²⁸ ao contrário, enriquecia o seu poder, uma vez que mostrava à sociedade sua capacidade de cultivar a alma daqueles que o rodeavam, mesmo quando se insurgiam contra a sua pessoa.

Com essa preocupação, Sêneca concebe a clemência como uma possibilidade de Nero agir adequadamente no uso de seu poder e de despertar no cidadão romano as faculdades interiores fundamentais para o processo educativo: a vontade, a reflexão e a possibilidade de examinar a si mesmo.²⁹

O uso da clemência proporcionaria resultados educativos, que a demonstração de força não alcançaria. Ela se materializaria

²⁷ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, I, 26, 5.

²⁸ MERINO, CARMEN C. Estudio preliminar sobre la clemência. In *Sobre la clemência*. Madrid: Editorial Tecnos, 1988, p. 02-17.

²⁹ CARDOSO, Zélia de A. *A máscara e o poder: tragédia latina no período Imperial*. *Clássica* (São Paulo), Araraquara, v. 17/18, p. 231-24, 2005.

nas ações do príncipe como uma dinâmica transformadora, revelando a superioridade do Imperador, não pela autoridade sem limites, mas pela capacidade de ele dispor de tamanho poder e colocá-lo a serviço da formação do homem romano. Suas ações demonstrariam a confiança naquele que fora escolhido pelos deuses:

Ninguém poderá imaginar maior ornamento para o soberano do que a clemência, não importa qual seja o meio e qual seja o direito que o terá colocado como preposto dos demais homens. Evidentemente, reconhecemos que esta qualidade é tanto mais formosa e mais magnificente, quanto maior for o poder que exercerá, que não é necessário ser nocivo, se for constituído segundo a lei da natureza.³⁰

A busca por um estado de harmonia remete-se para além da manutenção da ordem social, pois é a própria conservação do poder e do Império. O homem, vivendo em função das próprias conveniências, não poderia ser feliz.³¹ Isso se aplica ao soberano, que, governando à revelia da causa pública, não conseguiria viver de forma próspera, mas, vivendo para o outro aquilo que desejasse para si, buscando a magnificência por meio da aproximação com seus subordinados, sendo afável na conversa e cativando, sobretudo, as massas, construiria valores comuns a toda a sociedade.

Além disso, a virtude do soberano seria difundida por toda a sociedade, pois agrada aos súditos imitar a conduta de seus chefes e a opinião pública recolhe todos os seus atos e palavras e, por esta razão, ninguém deve preocupar-se mais com a qualidade

³⁰ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, I, 19, 1.

³¹ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

de sua reputação do que aqueles que não de tê-la grande.³² Não obstante, os atos do soberano seriam imitados apenas quando esse governa por meio da virtude e da tolerância. Se fizesse uso da truculência e disseminasse o temor entre seus súditos, toda a sociedade também o temeria, podendo ele, assim, vir a ser tratado com a mesma violência:

As nações e os povos de tiranos e aqueles a quem a crueldade era um flagelo e aqueles que ela ameaçava propuseram extirpá-la. Algumas vezes, seus guardas sublevaram-se contra os próprios tiranos e aplicou-lhes (sic) tudo o que aprenderam deles: a perfídia, a impiedade e a ferocidade. De fato, o que alguém pode esperar daquele que ensinou a ser mau? A maldade não obedece durante muito tempo, nem faz tantos males quantos se lhe ordena.³³

Vivendo a sociedade distante das preocupações a respeito da sua própria condição, a clemência a ser assumida por Nero, revestida de atributos educativos, iria colaborar para que, por fim, a busca pela virtude se estendesse aos distintos segmentos da sociedade. Por extensão, desenvolver-se-ia entre os seus súditos um estado de tranquilidade que concorreria para que a alma pudesse se dispor a progredir no caminho das virtudes.

A ação pedagógica da clemência não se estabelece a partir de uma perspectiva homogeneizadora da sociedade; contudo, Sêneca procura orientar Nero sobre a necessidade de se dispor ao uso da clemência, inclusive em relação a um conspirador pertencente à aristocracia romana, ou mesmo aos setores populares que contra ele se insurgissem.³⁴ No desenvolvimento

³² SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, III, 4, 1.

³³ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, III, 14, 1.

³⁴ FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

da obra “*Tratado sobre a clemência*” designa os setores sociais inferiorizados como *populus*, *multitudo*, *gens*, *turba*. Tais termos, designam, a plebe e são colocados no decorrer do texto como pejorativos, relacionados particularmente, àqueles que diante de qualquer instabilidade política ou social agem como desordeiros:

Os grupos sociais presentes no *De Clementia*, observa-se que a escolha dos vocábulos *populus*, *turba*, *multitudo* e *miser* é sempre feita em função do papel atribuído ao governante: o “povo”, a “turba”, a multidão”, ou ainda os “miseráveis” sem rumo, não podem por si próprios, conter-se, pois necessitam de alguém que os ordene e comande; no caso, o príncipe.³⁵

A aplicação da clemência, fosse qual fosse o segmento, teria como finalidade formar entre o povo um sentimento de confiança e segurança, para que aquilo que Sêneca entendia como instintos irracionais não os levasse a sublevações, ou deixarem-se ser usados pelos opositores do príncipe na articulação de algum golpe de Estado. Isto significa que, no caso do *populus*, a clemência agiria no sentido de estabelecer - nos dizeres de Sêneca - certa ordem em suas almas descomedidas, as quais estavam sujeitas a todo tipo de privação, desde as condições básicas de subsistência. A falta de uma formação adequada os impossibilitaria de compreender a responsabilidade e a complexidade das ações de um governante; “A relação entre povo e Imperador, ademais, dava-se de maneira bastante particular: sem um, o outro feneceria.”³⁶

Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.

³⁵ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001, p. 129.

³⁶ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001, p. 132

A clemência, enquanto mecanismo de “interação pedagógica” com o povo, cultiva o equilíbrio entre a satisfação do *populus* e a estabilidade do governo. Desarticulada esta relação de cumplicidade entre sociedade e Estado, colocava-se em perigo a própria manutenção do Império; ou seja, o povo se reconhece como romano à medida que o príncipe o personifique:

Imperador e povo interagem. O governante dá liberdade e justiça aos súditos, que o mantêm como governante. A relação não é só de mútuo auxílio, mas de existência. [...] O imperador é que faz o *populus* existir. Não só o *populus*, mas também sua personalidade política.³⁷

Entende-se que, sendo o primeiro cidadão romano, o Imperador materializa o corpo social, visto que suas ações dão os direcionamentos que a sociedade deve tomar. Isto, por fim, contribui para a construção de uma sociedade coesa: insurgir-se contra o Imperador é afrontar também a “identidade” do povo romano.³⁸ Esta premissa concorreria para a segurança de Nero na aplicação da clemência. À medida que seus adversários compreendessem que, muito mais que um representante, Nero era resultante da vontade e da esperança do povo romano, acatar a sua clemência e aliar-se a ele seria tornar-se, antes de tudo, parte desse projeto universalista:

Portanto, é a sua própria preservação que os homens amam quando conduzem legiões, às dezenas, à batalha a favor de um só homem, quando ocorrem às primeiras linhas de frente e apresentam o peito

³⁷ FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000, p. 172.

³⁸ BRAREN, I. *Da clemência de Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

aos ferimentos para não deixar retroceder as insígnias de seu imperador; pois ele é o vínculo, cujo poder intervém na coesão das forças públicas. Ele é o sopro vital que arregimenta estes tantos milhares que por si mesmo nada seriam a não ser ônus e presa de guerra, se esta ideia de império lhe fosse retirada.³⁹

Irradiam do príncipe, ao usar de clemência, todas as suas virtudes modelares cultivadas ao longo da vida, configurando-se como uma postura prática de ação efetiva na vida desses homens, que, segundo Sêneca, desprovidos da capacidade abstrativa e reflexiva, poderiam, por fim, de alguma maneira, participar de tão nobre condição.

A clemência despertaria no povo o reconhecimento de que vivia sob o comando de um Imperador sábio, o que apaziguaria seus ânimos – sabedoria máxima cabível àqueles que nasceram para ser comandados.

Por outro lado, o uso da clemência ao longo da obra não aparece apenas como uma virtude que deve ser aplicada de forma genérica, ou seja, sem tratar das especificidades das relações de poder na casa real. Neste cenário, as sublevações poderiam representar golpes que, ao contrário dos que se organizavam no seio da sociedade - onde as tensões sociais tendem a se disseminar de forma progressiva ante a privação material ou a tirania - não seriam muitas vezes passíveis de um diagnóstico prévio.⁴⁰ O príncipe poderia ser surpreendido e deposto sem ter possibilidade de esboçar qualquer reação. Como resultado, quando um crime de lesa-majestade dessa dimensão é revelado, manifestam-se, à sua volta, os inimigos que o rodeavam:

³⁹ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, I, 4.

⁴⁰ MERINO, Carmem C. Estudio preliminar sobre la clemência. In *Sobre la clemência*. Madrid: Editorial Tecnos, 1988, p. 02-17.

Pequenas serpentes escapam e não são alvo da investigação pública; quando alguma ultrapassa a medida habitual e se desenvolve em monstro, quando infesta as fontes com seu escarro e, se exala algo, queima e destrói os lugares por onde passou, ela é atacada com projéteis. Pequeninhas males podem dar margem a discussões e passar despercebidos, mas os ingentes a opinião pública enfrenta.⁴¹

Nesse cenário de incerteza quanto ao destino daqueles que foram surpreendidos conspirando contra o príncipe, a clemência senequiana poderia, além de exemplificar para a sociedade a sua ponderação, reconstituir os laços de fidelidade e confiança entre os súditos mais próximos do príncipe, uma vez que essa condição seria fundamental para a estabilidade do governo:

O *De Clementia* funcionaria assim não apenas como um “reflexo” do governante, no qual é orientado a se portar de acordo com os princípios que lhe são próprios (no caso de Nero, a *clementia*), mas também como uma espécie de “conselho” ou “advertência” aos seus subordinados mais diretos, já que para estes seria mais interessante apoiar e seguir a um príncipe clemente e que não ameaçasse a sua segurança.⁴²

A educação toma nuances valorativas, já que, no entendimento senequiano, ela pode estar em favor tanto de encaminhar o homem para a perfeição como de fazê-lo reconhecer a sua função social na organização do Império. Segundo Sêneca, este também é o objetivo da aplicação da clemência: fazer que a sociedade interiorize e naturalize o maior ou menor valor que lhe é dado na constituição do Império Romano.

⁴¹ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, I, 25, 4.

⁴² VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001, p. 131.

A virtude da clemência, enquanto princípio formativo, poderia levar a sociedade ao aperfeiçoamento moral, estabelecendo-se como uma “fagulha” que desencadearia naqueles homens detentores de formação adequada a disposição para o cultivo da alma.

A clemência também educa toda a sociedade, uma vez que ajuda a refrear os impulsos irracionais daqueles a quem a sorte não legou qualquer instrução, pois “[...] antes de tudo, aos poderosos e aos insignificantes, sobrevém-lhes igual admiração pela tua clemência.”⁴³ Dessa maneira, a clemência do príncipe se encarrega de formar, na alma dos homens de todos os segmentos sociais, um sentimento de justiça e paz capaz de solidificar os laços de lealdade ao Imperador:

De um modo bastante sintético, os agentes sociais que figuram no *De Clementia* dividem-se em príncipe, responsável pela gerência do Império e promotor da *clementia* e todos os subordinados ao seu poder [...] A *clementia* principesca dirigir-se ia, portanto, de uma forma bastante ampla, a toda população do império romano, sem distinção de categorias sociais, pois a todos garantiria a paz e a segurança, a todos preservaria e a todos comandaria.⁴⁴

Por fim, a clemência, enquanto conteúdo educativo teria como objetivo harmonizar as relações sociais no seio da sociedade romana, como proposta transformadora, no sentido de estabelecer um projeto educativo para todo o corpo social; contudo, Sêneca não abandona o entendimento de que o homem, em particular o homem romano de seu tempo, faz parte de uma

⁴³ SENECA. *Tratado sobre a clemência*. Intr., trad. e notas de Ingeborg Braren Petrópolis, Vozes, 1990, I, 1, 9.

⁴⁴ VIZENTIN, M. *Imagens do poder em Sêneca*. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

ordem universal, na qual, dispondo-se ao que a natureza lhe legou, sem oferecer resistência, ele está contribuindo para a edificação do corpo social.⁴⁵

Para que esse arranjo dos indivíduos nas relações de poder não fosse confundido com um aval à autoridade desmedida, Sêneca buscou estabelecer as imbricações entre a sociedade e o Estado a partir de uma perspectiva educativa, tendo como objetivo formar o homem romano para o entendimento de que o convívio entre essas esferas da sociedade não pode ser conflitante, muito menos revestido de um sentimento de superior *versus* inferior, à revelia de uma preocupação acerca de suas “inter-relações”. A complexidade das relações sociais leva Sêneca a procurar situar a clemência como objeto de ação em toda a estrutura social.

Considerações finais

As crises sociais que se desenvolviam em Roma no alvorecer do Império, bem como a grande efervescência cultural decorrente do expansionismo romano, possibilitaram ao homem aproximar-se das tendências filosóficas que se adaptavam ao seu espírito prático, particularmente voltado à ação. Nesse contexto, a passagem da condição de cidadão a súdito constituiu uma relação de superior *versus* inferior que descaracterizava as antigas virtudes até então valorizadas em Roma, abrindo-se, assim, espaço para o florescimento de propostas educacionais que se voltassem à educação do príncipe, a partir dos deveres para com a cidade e a coletividade. Em Sêneca, o princípio geral desta orientação a ser assumida pelo governante seria a clemência, pela sua condição humanizadora das relações sociais e capaz de criar um canal de interlocução entre o príncipe e o cidadão.

⁴⁵ FAVERSANI, F. *A sociedade em Sêneca*. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2000.

Nesta direção, Sêneca pensador original, foi capaz de compreender a dinâmica da história de sua época, e, a partir dela, formular uma proposta de formação para o príncipe a partir das virtudes modelares, as quais, a exemplo da clemência, entendia serem capazes de efetivar a legitimidade da autoridade do governante sobre seus súditos e de conduzir à grandiosidade do Império nos séculos posteriores.